



PREGÃO PRESENCIAL Nº 90.126/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.517/2024

LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA, brasileiro, solteiro, Leiloeiro Público Oficial, portador da matrícula na JUCERJA número 260, da cédula de Identidade número MG-11.670.601, e do CPF número 014.721.886-16, com endereço na Rua Matias Cardoso, nº 11, sala 205, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-050, telefones (37) 3242-2001 / 99195-4610, e-mail: lucasleiloeiro@hotmail.com, vem respeitosa e tempestivamente, com fulcro no que dispõe o art. 165, inciso I, alínea 'c' da Lei 14.133/21, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do sorteio realizado para a definição do Leiloeiro Público Oficial a ser contratado pelo município, pelas razões que passa a expor:

I. PRELIMINAR

Preliminarmente, faz-se mister que, as razões aqui manifestas sejam processadas e, caso não as acolham, recebam respostas motivadas, em respeito ao previsto no art. 50 da lei 9.784/99, não sem antes, serem submetidas à apreciação da D. Autoridade hierarquicamente superiora, assente art. 165, II, §2º da Lei 14.133/21, combinado ao que rege a Carta Magna de 1988 quanto ao Princípio de Petição (art.5º, inc. LV) e ao que preleciona o ínclito professor José Afonso da Silva:

"É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação."

Ressalte-se que o presente pleito está em perfeita consonância ao que dispõe o ordenamento jurídico pátrio e, sem dúvida, está

em harmonia com a jurisprudência emanada Egrégia Corte de Contas.

II. TEMPESTIVIDADE

O recurso administrativo, ora interposto, é tempestivo conforme prazo estipulado pelo edital que admite e prevê 3 (três) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata, excluindo-se o dia do início e incluindo o do vencimento.

III. FATOS E FUNDAMENTOS

O Município de Nova Friburgo, com respaldo nas disposições da Lei 14.133/21 e demais legislações pertinentes, abriu procedimento para a Contratação de Leiloeiro Oficial, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis e imóveis da Administração Direta e Indireta do Município.

No dia 03 de outubro de 2024, foi realizada a sessão do Pregão Presencial nº 90.126/2024, na qual as propostas de 14 leiloeiros foram consideradas empatadas. O edital previu o sorteio como critério de desempate, mas a Comissão de Licitação restringiu a disputa apenas aos leiloeiros domiciliados no Estado do Rio de Janeiro, desconsiderando os demais concorrentes.

Isonomia e Legalidade:

O art. 60 da Lei nº 14.133/2021 estabelece os critérios de desempate em processos licitatórios, sendo o sorteio apenas uma das opções, mas que **deve ser realizado entre todos os licitantes empatados, sem restrição territorial**. Além disso, o art. 4º da mesma lei veda qualquer tipo de tratamento diferenciado entre empresas brasileiras, independentemente da localidade de sua sede.

A exigência de que o licitante tenha domicílio no Estado do Rio de Janeiro fere o princípio da isonomia e o caráter competitivo do certame.



Lucas Antunes
LEILOEIRO OFICIAL



Lucas Antunes
LEILOEIRO OFICIAL

Conforme o art. 37 da Constituição Federal, a Administração Pública deve seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e a prática adotada pela Comissão de Licitação vai de encontro a esses princípios.

O critério de desempate no artigo 60, §1º, inciso I, dá preferência às empresas que utilizem componentes nacionais, com a intenção de fomentar a indústria local. No entanto, o Leiloeiro Oficial não produz bens, nem presta serviços manufaturados que possam ser enquadrados em uma política de conteúdo local ou regional. Sua função é mediadora, de organizar e conduzir leilões, o que não pode ser enquadrado em um conceito de desenvolvimento de mercado local ou regional.

Dada a função do Leiloeiro Oficial, que deve atuar de forma imparcial e independente de uma localidade específica, seria incompatível conceder a ele qualquer preferência baseada em sua localização geográfica. A atividade de leiloaria não se enquadra em uma atividade empresarial tradicional que possa ser beneficiada por esses critérios, como ocorre com empresas de bens e serviços.

Regulamentação da Atividade de Leiloeiro:

O Decreto nº 21.981/32, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial, não impõe restrições de localidade para o exercício da função. O leiloeiro pode atuar em qualquer unidade da federação, desde que matriculado na Junta Comercial correspondente. Além disso, a Instrução Normativa nº 52/2022 permite que o Leiloeiro possua matrícula em diversas unidades da federação, sem necessidade de exclusividade em uma única localidade.

Princípios de Competitividade:

Exigências que limitam a participação de licitantes em razão de domicílio ou sede são vedadas pela legislação. O Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou reiteradamente contra práticas que restrinjam o caráter

competitivo de licitações, devendo ser evitado qualquer tipo de direcionamento que favoreça determinado grupo ou região.



Lucas Antunes
LEILOEIRO OFICIAL

O Leiloeiro Oficial, por sua função pública delegada e regulamentada em âmbito nacional, não pode ser enquadrado nos critérios de desempate que favorecem empresas localizadas em uma determinada região. A atividade de leiloeiro não está vinculada à produção de bens ou serviços locais e, portanto, não pode ser limitada por questões de territorialidade.

Portanto, o Leiloeiro Oficial não pode ser enquadrado na modalidade de desempate prevista no artigo 60, §1º, inciso II, da Lei 14.133/21, pois sua função é regulada de forma distinta e não envolve a produção de bens ou serviços que possam ser considerados em uma política de incentivo ao desenvolvimento econômico local. A atuação do leiloeiro é de âmbito nacional, e ele deve cumprir suas funções de maneira impessoal e isonômica, sem favorecer ou ser favorecido por critérios regionais.

Sendo assim, não há fundamento legal para que o desempate por sorteio seja realizado exclusivamente entre os leiloeiros domiciliados no estado do Rio de Janeiro. Assim, o Pregoeiro deve reconsiderar seus atos e realizar um novo sorteio, incluindo todos os licitantes que apresentaram propostas iguais, independentemente de seu domicílio.

IV. PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) Anulação do sorteio realizado no dia 03/10/2024, em atendimento ao interesse público e em respeito aos princípios administrativos e à legislação aplicável;
- b) Remarcação de um novo sorteio, incluindo todos os leiloeiros habilitados, independentemente de sua sede ou domicílio, conforme os parâmetros definidos pela Lei nº

14.133/2021, assegurando a correta aplicação do princípio da isonomia e a igualdade de condições entre os licitantes;

- c) Encaminhamento à Autoridade Superior, na hipótese de não ser reconsiderada a decisão ora impugnada, para que sejam apreciadas as presentes razões, conforme o art. 71 da Lei nº 14.133/21.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Belo Horizonte/MG, 08 de outubro de 2024.

LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA



Lucas Antunes

LEILOEIRO OFICIAL